



BARBARA ANGELICA COLONO

**LETRAMENTO INFORMACIONAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE LONDRINA:
UMA ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS**

GOIÂNIA
2024



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC nº 1204/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (TCCE):

Nome completo do autor: Barbara Angelica Colono

Título do trabalho: Letramento informacional nas Escolas Municipais de Londrina: uma análise dos projetos políticos pedagógicos

2. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [] SIM [X] NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF do TCCE.

Barbara Angelica Colono

Ciente e de acordo:

Profa. Dra. Camila Alves de Melo

Data: 13 / 07 / 2024

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

BARBARA ANGELICA COLONO

**LETRAMENTO INFORMACIONAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE
LONDRINA: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Informação e
Comunicação da Universidade Federal de
Goiás (FIC-UFG), como requisito parcial
para a obtenção do título de Especialista
em Letramento Informacional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Camila Alves de
Melo.

GOIÂNIA
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C719I Colono, Barbara Angelica

Letramento Informacional nas escolas municipais de Londrina :
uma análise dos projetos políticos pedagógicos. / Barbara Angelica
Colono. – Goiânia/GO, 2024.
30 f.

Monografia (Especialização em Letramento Informacional :
educação para a informação) – Faculdade de Informação e
Comunicação, Universidade Federal de Goiás.
Orientadora: Prof^a Dr^a Camila Alves de Melo.

1. Letramento Informacional 2. Projeto Político Pedagógico 3.
Educação Básica 4. Bibliotecários 5. Londrina/PR I. Título.

CDU - 02



ATA DA SESSÃO DE DEFESA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos treze dias de julho de 2024, a partir das 9h, foi realizada a sessão de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso da discente Barbara Angelica Colono com o título Letramento informacional nas Escolas Municipais de Londrina: uma análise dos projetos políticos pedagógicos orientado pela professora Dra. Camila Alves de Melo.

A Banca Examinadora foi composta pelos professores: Dra. Andrea Pereira dos Santos e M.e Josué Pereira da Silva Santos.

Às 10h, a Banca Examinadora passou a julgamento, tendo a discente sido APROVADA.

Profa. _____

Dra. Camila Alves de Melo

Orientadora

Profa. _____

Dra. Andrea Pereira dos Santos (UFG)

Convidada

Prof. _____

M.e Josué Pereira da Silva Santos (UFG)

Convidado



LETRAMENTO INFORMACIONAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE LONDRINA: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS.¹

Barbara Angelica Colono²

RESUMO: O artigo tem como objetivo geral avaliar os Projetos Político Pedagógicos das 88 escolas municipais de Londrina/PR em relação à presença do letramento informacional; especificamente levantar informações quanto à existência de bibliotecas nessas unidades escolares; identificar a presença ou ausência de bibliotecária responsável pela gestão das mesmas e pela mediação do letramento informacional; investigar se há uma preocupação em integrar a sala de aula à biblioteca a partir do trabalho conjunto de professores e bibliotecárias e constatar se o município está em situação regular perante a Lei 12.244/10 e Lei 14.837/24. Optei pela técnica de pesquisa documental de Bardin para analisar a presença dos seguintes termos nos projetos: biblioteca, bibliotecário(a), sala de leitura, letramento informacional, competência informacional e pesquisa escolar. O resultado da pesquisa mostra que as escolas municipais não possuem bibliotecas, apenas salas de leitura; não possuem bibliotecárias e os PPP não abordam o letramento informacional. Por fim, o diagnóstico revela uma série de desafios a serem superados para que o letramento informacional esteja presente no planejamento pedagógico das escolas, a começar pela universalização das bibliotecas escolares.

Palavras-chave: letramento informacional; projeto político pedagógico; educação básica; bibliotecários; Londrina/PR

ABSTRACT: The article's general objective is to evaluate the Political Pedagogical Projects of the 88 municipal schools in Londrina/PR in relation to the presence of information literacy; specifically collect information regarding the existence of libraries in these school units; identify the presence or absence of a librarian responsible for managing them and mediating information literacy; investigate whether there is a concern in integrating the classroom with the library based on the joint work of teachers and librarians and verify whether the municipality is in good standing under Law 12,244/10 and Law 14,837/24. I opted for Bardin's documentary research technique to analyze the presence of the following terms in the projects: library, librarian, reading room, information literacy, information competence and school research. The research results show that municipal schools do not have libraries, only reading rooms; they do not have librarians and the PPP do not address information literacy. Finally, the diagnosis reveals a series of challenges to be overcome so that information literacy is present in the pedagogical planning of schools, starting with the universalization of school libraries.

Keywords: information literacy; political pedagogical project; basic education; librarians; Londrina/PR

¹ Artigo apresentado ao curso de Especialização em Letramento Informacional: Educação para informação da Universidade Federal de Goiás, orientado pela Prof(a). Dr(a). Camila Alves de Melo, como requisito parcial para conclusão do curso.

² Pós-graduanda do curso de Especialização em Letramento Informacional: Educação para informação da Universidade Federal de Goiás. UFG. E-mail: barbaracolono@discente.ufg.br

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX vimos surgir o conceito de Sociedade da Informação na intenção de explicar as transformações técnicas, organizacionais e administrativas pelas quais a indústria passava. Vemos a alteração da matéria prima - antes pautada em insumos baratos de energia - se voltar para os insumos baratos de informação produzidos pelas tecnologias (Werthein, 2000). A ideia de sociedade da informação buscava caracterizar o contexto pós-industrial, revelando as transformações tecnológicas e sobretudo o novo modo de produção capitalista, que por sua vez demandava novas competências.

Para além das transformações econômicas, observamos o impacto em todas as esferas da vida mediante a alta penetrabilidade da sociedade da informação, uma vez que “[...] a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva e, portanto, todas essas atividades tendem a serem afetadas diretamente pela nova tecnologia” (Werthein, 2000, p. 72).

Entre promessas e desafios levantados por Werthein (2000) no início do século XXI vemos se concretizar o rápido desenvolvimento de recursos tecnológicos, em especial na educação, assim como problemas relacionados ao acesso desigual à informação, desemprego e desqualificação do trabalho, obstáculos na definição de propriedade intelectual e aplicação da ética no uso da informação.

Cabe citar ainda, o fenômeno atual da infodemia, identificada por Araújo (2021) como uma patologia da dimensão informacional na qual a presença de informações falsas é maior na vida das pessoas do que as informações verdadeiras, sendo usadas como base para a tomada de decisões. Considerando a quantidade e velocidade na disseminação de informações, torna-se cada vez mais difícil encontrar e verificar informações verídicas (Araújo, 2021). Sendo assim, considero³ que a Sociedade da Informação ainda se apresenta como algo a ser alcançado, uma vez que precisamos resolver uma série de desafios para garantir “O acesso universal ao conteúdo e a fontes de conhecimento” (Werthein, 2000, p. 77).

Nesta perspectiva, o Letramento Informacional se apresenta como processo essencial à construção da sociedade da informação e do conhecimento, pois seu

³ Ao longo deste trabalho utilizo a primeira pessoa do singular na intenção de negar a minha neutralidade enquanto pesquisadora, deixando meu posicionamento evidente. Segui a perspectiva de Veiga-Neto (2014) sobre textos mono autorais em primeira pessoa do singular, aplicando em outros momentos o uso da primeira pessoa do plural quando desejei aproximar o leitor de meu texto.

intuito é desenvolver competências em informação para que possamos “[...] localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas” (Gasque, 2012, p. 28). Trata-se de um processo contínuo que envolve tanto a alfabetização informacional, quanto a competência em informação e as habilidades informacionais.

Além disso, o letramento informacional se apresenta como um fluxo de aprendizagem, que deve estar presente em todo o decorrer da vida dos sujeitos e envolver todo “[...] o conjunto das mudanças relativamente permanentes resultantes das inter-relações entre a nova informação, a reflexão e a experiência prévia, sem desconsiderar as interações do indivíduo com o meio social” (Gasque, 2012, p. 38).

Na educação básica, o letramento informacional apresenta forte relação com a pesquisa escolar, pois esta é uma maneira sistemática e mediada dos estudantes aprofundarem seus saberes sobre determinado assunto e construir novos conhecimentos de forma crítica e autônoma a partir de ações como descobrir, questionar, analisar, comparar, criticar, avaliar, sintetizar, argumentar e criar (Ninin, 2008).

Visto que a pesquisa é a base de qualquer ciência e é essencial para o avanço científico e tecnológico, bem como para o progresso intelectual dos indivíduos (Bagno, 2014), a pesquisa escolar se mostra importante para que os educandos expressem suas indagações e opiniões próprias com fundamentação científica (Ninin, 2008) e adquiram habilidades como buscar, usar e avaliar fontes diversas; interpretar, relacionar e sintetizar as informações encontradas, além de citar e referenciar corretamente os documentos para não incorrer em plágio (Rodrigues, 2020) e tais habilidades são desenvolvidas por meio do letramento informacional.

Em um modelo de educação voltado ao letramento informacional, a imagem da bibliotecária⁴ ganha destaque, uma vez que tal profissional tem as capacidades técnicas para organizar e localizar informação, instruir usuários no processo de busca e uso da informação; bem como atuar enquanto educador promovendo o aprendizado contínuo e independente (Dudziak, 2001). Portanto,

⁴ Sempre que possível utilizei o termo bibliotecária - no feminino - tendo por base o Censo da Biblioteconomia Brasileira iniciado em 2022 pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – FEBAB segundo o qual 74,9% das profissionais são mulheres, contabilizando cis, trans e travestis (FEBAB, 2024). Trata-se de ressaltar a presença feminina nessa profissão e de não invisibilizar nós mulheres por meio do pronome masculino que não representa a realidade da área.

Como agente educacional, o bibliotecário poderá iniciar os processos culturais de transformação da Educação e da comunidade educacional e social. A Biblioteca, enquanto instituição multicultural, pluralista e aprendente é a base desta transformação. A cooperação entre administradores, bibliotecários, docentes e técnicos é uma das premissas para que se desenvolvam programas educacionais voltados para a Information Literacy. Essa cooperação depende do modo como bibliotecários se relacionam com a comunidade e como vêm a si mesmos inseridos no contexto educacional (Dudziak, 2001, p. 131).

Por essa razão, a profissão de bibliotecária é regulamentada pela Lei 4.084/1962 que determina que o exercício da profissão é privativo aos bacharéis em Biblioteconomia com diplomas oficialmente reconhecidos e registrados; a lei ainda dispõe sobre as atribuições, composição e anuidades dos conselhos regionais e federal de biblioteconomia (Brasil, 2024a). Em atenção especial às bibliotecas escolares contamos com a Lei 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país (Brasil, 2024b), e sua mais recente atualização pela Lei 14.837/2024 que modifica a definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE):

Art. 1º A Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, cujos objetivos são:

I - disponibilizar e democratizar a informação ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes;

II - promover as habilidades, as competências e as atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e alunas, em especial no campo da leitura e da escrita;

III - constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino-aprendizagem;

IV - apresentar-se como espaço de estudo, de encontro e de lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios Parágrafo único. (Revogado).’ (NR)

‘Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada no prazo máximo de vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 [...]’ (Brasil, 2024c).

Diante da obrigatoriedade de implementação da biblioteca escolar em todo o país e considerando o Projeto Político Pedagógico (PPP) como um instrumento que organiza o trabalho pedagógico com vistas ao futuro, tanto do nível global da escola - ou seja, integração de todos os espaços da instituição em consonância com o contexto

social - como do trabalho pedagógico em sala de aula (Veiga, 2015) julgo essencial a presença do letramento informacional e do trabalho colaborativo entre docentes e bibliotecárias nesses documentos orientadores, pois dessa forma estabeleceremos de fato um compromisso com a universalização das bibliotecas e com o desenvolvimento das competências em informação.

Todavia, “apesar de novos projetos educacionais terem surgido, ainda não se discutiu amplamente a implementação de um projeto educacional voltado para a informação” (Dudziak, 2001, p. 116) fato que dificulta a participação de bibliotecárias na comunidade educacional e consequentemente na elaboração de PPP que discutam o espaço da biblioteca escolar e do letramento informacional. De acordo com Dudziak (2001), docentes e bibliotecárias apresentam discursos pedagógicos divergentes e não compreendem os papéis e expectativas um do outro, resultando em um afastamento entre eles.

Na cidade de Londrina/PR existe o curso de graduação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina que forma novos profissionais a cada ano. Entretanto, ao olharmos para as escolas públicas municipais não vemos esses profissionais atuando, tampouco percebemos a mobilização da prefeitura em prol das bibliotecas escolares, fato que motivou a realização desta pesquisa.

Foi o sentimento de revolta contra o descaso em relação à cultura e às bibliotecas escolares que me impulsionou a produzir uma pesquisa que evidenciasse essa realidade; ao mesmo tempo, a confiança na essencialidade do trabalho bibliotecário e a potência do letramento informacional para a construção de protagonistas sociais me fizeram concluir este percurso.

Em consonância ao exposto, me questioneei sobre o seguinte **problema**: qual a perspectiva dos Projetos Político Pedagógicos das escolas municipais de Londrina sobre o Letramento Informacional? De qual forma esses projetos apresentam o trabalho colaborativo entre professores e bibliotecárias para o desenvolvimento das competências em informação?

Mediante a isso, o artigo tem como **objetivo geral** avaliar os Projetos Político Pedagógicos das escolas municipais de Londrina/PR, sendo 76 unidades na região urbana e outras 12 na região rural, em relação à presença do letramento informacional. A pesquisa tem como **objetivos específicos**:

- a) levantar informações quanto à existência de bibliotecas nessas unidades escolares;

- b) identificar a presença ou ausência de pessoa bibliotecária responsável pela gestão das mesmas e pela mediação do letramento informacional;
- c) investigar se há uma preocupação em integrar a sala de aula à biblioteca a partir do trabalho conjunto de professores e bibliotecárias em prol do letramento informacional;
- d) constatar se o município está em situação regular perante a Lei 12.244/10 e Lei 14.837/24.

Trata-se de uma pesquisa de **relevância** social, uma vez que o letramento informacional é essencial para o desenvolvimento cognitivo e para o exercício pleno da cidadania, portanto é imprescindível estar contemplado no projeto educacional e contar com profissional adequado para sua efetivação na educação básica. Ao analisar os Projetos Político Pedagógicos e o cumprimento da Lei nº 12.244 e Lei 14.837 nas escolas municipais de Londrina, a pesquisa permite um diagnóstico da situação atual do ensino municipal no que tange à integração entre sala de aula e biblioteca para o desenvolvimento do letramento Informacional, bem como a visão de entidades públicas quanto à universalização das bibliotecas escolares. Os resultados permitirão elaborar ações, com base em dados concretos, que promovam o letramento informacional nas escolas e valorizem a bibliotecária enquanto mediadora no processo.

Em primeiro lugar, se faz necessária uma discussão sobre o conceito de letramento informacional e sobre a atuação bibliotecária na educação básica. Para tanto apresentamos na próxima seção a fundamentação teórica sobre o tema, além de discutir a Lei 4.084/62 que regulamenta a profissão de bibliotecária e as leis 12.244/10 e 14.837/24 que buscam a universalização das bibliotecas escolares.

A partir disso é possível interpretar o universo da pesquisa e argumentar sobre a relação entre o letramento informacional e a presença ou não de bibliotecárias nas escolas londrinenses. Entretanto, temos como **hipótese** que os Projetos Político Pedagógicos não abordam o letramento informacional e nenhuma ou poucas escolas possuem bibliotecas e bibliotecárias; a base para essa hipótese foi a breve consulta no portal da transparência da cidade, a partir da qual constatou-se que o município possui apenas 7 bibliotecários(as) em seu quadro de servidores, dos quais nenhum está lotado em escola (Londrina, 2024a). Diante disso, será possível discutir se a ausência de profissionais da biblioteconomia impacta na invisibilidade do letramento

informacional nos Projetos Políticos Pedagógicos e, por consequência, prejudica a construção de uma educação emancipadora.

2 METODOLOGIA

Para obter respostas ao problema apresentado optei pelo **método hipotético-dedutivo** e realizei uma pesquisa de **nível descritiva**, uma vez que busquei características de determinados contextos - as escolas municipais de Londrina - e estabeleci uma relação entre variáveis: o letramento informacional nos PPP's e a existência de bibliotecas e bibliotecárias nas escolas.

A **hipótese** foi que os PPP's não abordam o letramento informacional e as escolas municipais não possuem bibliotecas e bibliotecárias, apresentando ainda uma relação assimétrica entre o fato de não existir bibliotecárias e a ausência do tema letramento informacional nos projetos, ou seja, uma variável influencia a outra. Durante a pesquisa, a hipótese foi submetida ao falseamento por meio dos PPP's e comparação com o detalhamento de cada unidade escolar no que tange ao espaço da biblioteca e às profissionais bibliotecárias, o que permitiu uma **dedução** sobre o objeto de estudo.

Considerando que uma pesquisa descritiva tem como principal característica a utilização de técnicas padronizados para a coleta de dados (Gil, 2010), escolhemos como técnica a **pesquisa documental** (Marconi; Lakatos, 2010) por meio de documentos escritos, primários e secundários, que foram recuperados em arquivos de acesso público e arquivos privados durante o mês de março de 2023.

Entre as vantagens da utilização de documentos, ressalto a possibilidade de obter conhecimentos mais objetivos sobre a realidade, entre eles os valores sociais e as transformações na cultura e na estrutura social; por fim, também se apresenta como vantagem a possibilidade de obtenção de dados com menor custo e sem causar constrangimentos aos sujeitos que por ventura estejam envolvidos na coleta (Gil, 2010).

As escolas municipais de Londrina se apresentam como **universo** do estudo, sendo realizado um censo, portanto não houve cálculo de amostra. A cidade de Londrina está localizada na região norte do estado do Paraná, e no momento da coleta possuía 88 escolas municipais, sendo 76 delas na região urbana e outras 12 na zona rural, que ofertam Educação Infantil, Pré 4 (crianças de 4 a 5 anos), Pré 5 (crianças

de 5 a 6 anos), Ensino Fundamental, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A primeira etapa da pesquisa se dedicou ao levantamento bibliográfico sobre letramento informacional e a identificação das leis e decretos que regulamentam a profissão de bibliotecária e visam a universalização das bibliotecas escolares⁵. Posteriormente, na segunda etapa, solicitei os Projetos Político Pedagógicos em formato digital à Secretaria Municipal de Educação de Londrina por meio do serviço de acesso à informação⁶. No mesmo protocolo solicitei informação quanto ao número e lotação das pessoas bibliotecárias da rede municipal de educação.

A terceira etapa da pesquisa foi a busca por especificações de cada escola municipal no site da Prefeitura onde foi possível encontrar planilhas contendo nome, endereço, contato, direção, número de vagas e matrículas, estrutura física e projetos realizados. Para entender com mais precisão a situação do município em relação ao cumprimento da lei 12.244/10, contatei o Conselho Regional de Biblioteconomia da 9ª Região (CRB-9) e obtive o número do processo referente à Apelação Cível aberta contra a Prefeitura do Município de Londrina⁷.

Uma vez em contato com a 15ª Vara Federal de Curitiba me foi informado que para a consulta completa ao processo seria necessário ir pessoalmente à Secretaria da Vara. Diante disso, e dada a inviabilidade da consulta presencial, recorri ao arquivo privado JusBrasil, onde encontrei o Código Verificador e o Código CRC o que me permitiu acesso ao relatório completo. Desta forma, obtive o conjunto de documentos que compõem a pesquisa:

- 88 projetos político pedagógicos;
- 1 resposta da Secretária Municipal de Educação ao pedido de informação;
- 2 planilhas com as informações de cada unidade escolar;
- 2 planilhas contendo quantidade de vagas e matrículas na rede pública;
- 1 apelação cível do CRB-9 contra o Município de Londrina.

⁵ Lei 4.084/62; Lei 12.244/10; Lei 14.837/24

⁶ Processo nº 19.002.042679/2023-17

⁷ Apelação cível nº 5061954-95.2019.4.04.7000/PR

Considero a abordagem empregada aos dados como **qualitativa**, embora eu tenha tabulado uma gama de informações e apresentado em quantidade e frequência, o que busquei foram os significados desses dados, ou seja, os aspectos qualitativos envolvidos na presença ou ausência do letramento informacional e de bibliotecários(as) nas escolas. Diante disso, a interpretação dos PPP's se deu por meio da **análise de conteúdo**, definida como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 2004, p. 37).

Segundo Bardin (2004), a análise de conteúdo se divide em organização da análise, codificação das unidades de registro e unidades de contexto, categorização e inferência. A organização da análise iniciou pela escolha *a priori* dos documentos de acordo com os objetivos da pesquisa, constituindo o *corpus* documental a partir do princípio de exaustividade e homogeneidade, uma vez que abarqueei todos os PPP's e estes são semelhantes entre si. Os projetos foram arquivados em uma pasta no *Google Drive*, enumerados de 1 a 76 para escolas urbanas e de 77 a 88 para as escolas rurais, também foram identificados em uma planilha eletrônica para melhor controle.

Por meio da leitura flutuante⁸ pude identificar dois principais indicadores temáticos: Bibliotecas Escolares e Letramento Informacional. Posteriormente definimos a unidade de registro como palavras-chave e a unidade de contexto como as frases onde as palavras aparecem para compreender o real sentido da unidade de registro:

QUADRO 1 – Indicadores e Unidades de Registro

INDICADORES	Bibliotecas Escolares	Letramento Informacional
UNIDADES DE REGISTRO	- Biblioteca - Bibliotecário(a) - Sala de leitura	- Letramento Informacional - Competência Informacional - Pesquisa escolar

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

⁸ Contato inicial com os documentos, compreende a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e objetivos e a referência dos índices para elaboração dos indicadores (Bardin, 2004).

Identifiquei em cada um dos PPP's as palavras-chaves e usei como regra de contagem a presença/ausência, frequência e co-ocorrência das palavras na mesma unidade de contexto, sendo o critério adotado para a categorização a semântica; desta forma, as frases foram classificadas de acordo com o tema seguindo o procedimento por milhas, ou seja, as categorias foram sendo estabelecidas conforme a leitura dos elementos (Bardin, 2004).

Os demais documentos serviram para demonstrar a atual realidade das bibliotecas escolares municipais e qual a visão das instituições municipais quanto ao problema levantado, assim, realizei a leitura do material, extraí informações pertinentes sobre a quantidade de escolas com bibliotecas, salas de leitura, acesso a tecnologias da informação e comunicação, bibliotecária lotada na escola, quantidade de estudantes, tamanho do acervo e situação judicial de Londrina quanto à Apelação cível nº 5061954-95.2019.4.04.7000/PR.

Constitui-se como etapa final da análise de conteúdo a **inferência**, ou seja, a interpretação dos elementos formadores da comunicação - o emissor, a mensagem, o suporte e o receptor. A inferência demanda, primeiramente, uma fundamentação teórica que oriente nosso olhar sobre esses dados, diante disso apresento as discussões que auxiliaram na construção de minha análise.

3 CURRÍCULO, PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E LETRAMENTO INFORMACIONAL

A concepção de currículo está diretamente relacionada aos aspectos sociais, culturais e históricos, variando de acordo com o contexto, comumente compreendido como um repertório de conhecimentos que devemos adquirir em determinado percurso de tempo (Silva, 2021). A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) é o documento orientador para a composição do currículo escolar, propondo uma base comum a todo o território nacional com vistas a garantir que todos os estudantes da educação básica tenham acesso aos conhecimentos ditos essenciais, ao mesmo tempo que busca respeitar as especificidades locais representadas no PPP de cada escola.

As teorias sobre currículos foram orientadas pelas escolas pedagógicas e correntes de pensamento, passando pelas teorias tradicionais que se pautavam na neutralidade e formação de mão de obra especializada; posteriormente por ideias voltadas ao desenvolvimento de sujeitos críticos, autônomos, com consciência política

e de classe e a atual valorização das identidades e pluralidades culturais presentes na teoria pós-crítica (Santos; Gomes; Vilela, 2020).

O Projeto Político Pedagógico por sua vez, compreende um planejamento para o futuro, nele contém aquilo que a escola deseja realizar de forma diferente do presente. Para além de uma lista de conteúdos a serem ensinados, o PPP organiza o trabalho pedagógico da escola em sua totalidade e forma coletiva. Por essa razão apresenta uma dimensão política e pedagógica, política porque estabelece um compromisso sociopolítico com os interesses sociais, pedagógica pois a partir das ações educativas busca formar cidadãos participativos, responsáveis e críticos (Veiga, 2015).

Veiga (2015) define seis elementos básicos dos projetos políticos pedagógicos: as finalidades da escola; a estrutura organizacional; o currículo; o tempo escolar; o processo de decisão; as relações de trabalho e a avaliação. Dessa maneira a escola define onde e como pretende chegar; quais são os recursos administrativos e pedagógicos; como se organiza o conhecimento escolar; qual o cronograma previsto para o ano letivo; como se dá o processo de tomada de decisão - centralizada ou democrática; qual tipo de comunicação estabelece entre os diferentes segmentos envolvidos no processo educativo e por fim, a escola submete o PPP ao processo de avaliação constante e de forma crítica, com objetivo de conhecer a realidade escolar e superar problemas. Logo,

[...] o projeto político-pedagógico não visa simplesmente a um rearranjo formal da escola, mas a uma qualidade em todo o processo vivido. Vale acrescentar, ainda, que a organização do trabalho pedagógico da escola tem a ver com a organização da sociedade. A escola nessa perspectiva é vista como uma instituição social, inserida na sociedade capitalista, que reflete no seu interior as determinações e contradições dessa sociedade (Veiga, 2015).

Nessa complexa e contraditória realidade contemporânea, marcada pela rápida transformação tecnológica e aumento dos recursos informacionais, os sujeitos apresentam dificuldades específicas em seus trabalhos acadêmicos, assim como na vida profissional e pessoal por conta da dispersão das informações e pela dificuldade em confirmar a autenticidade, validade e confiabilidade das fontes (ACRL, 2000). Nesse ínterim, percebo a necessidade dos PPP considerarem as características da sociedade da informação na definição das ações políticas e pedagógicas para a formação dos sujeitos letrados informacionalmente.

Segundo a *Association of College and Research Library* - ACRL (2000) a abundância de informação não resultará em cidadãos mais informados se estes não desenvolverem um conjunto de habilidades necessárias para usar a informação efetivamente. Este fato desafia os projetos políticos pedagógicos a preparar os estudantes para lidar com a profusão de informação, não apenas para suprir as necessidades do mercado de trabalho, como também para formar cidadãos críticos e reflexivos diante da informação.

Desta forma, o letramento informacional se apresenta como um processo que acompanha a aprendizagem ao longo da vida - comum a todas as disciplinas e níveis de ensino - como o objetivo de formar sujeitos capazes de reconhecer suas necessidades informacionais; acessar eficaz e efetivamente a informação que precisa; avaliar criticamente as fontes; incorporar as informações recuperadas ao seu conjunto de conhecimentos; usar a informação para um propósito específico e compreender as questões econômicas, sociais e legais que envolvem a informação, fazendo uso ético da mesma (ACRL, 2000).

Trata, portanto, de desenvolver habilidades críticas indispensáveis para que os sujeitos sejam protagonistas dentro do universo informacional e da construção de conhecimento. Sendo assim um:

[...] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida (Dudziak, 2003, p. 28).

As principais características do letramento informacional são a interdisciplinaridade; a relação intrínseca entre informação, conhecimento, inteligência, habilidades e valores; direcionamento para resolução de problemas e tomada de decisões. Por sua vez, os componentes que sustentam o letramento informacional são o processo investigativo; o aprendizado ativo e independente; o pensamento crítico; o aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida (Dudziak, 2003).

Observa-se que o conceito remete a um processo e como tal visa alcançar objetivos específicos. De acordo com Dudziak (2003) o objetivo do letramento informacional é formar sujeitos capazes de reconhecer suas necessidades informacionais; identificar e manusear fontes de informação; avaliar criticamente a informação; usá-la e comunicá-la; observar aspectos éticos, políticos, sociais e

econômicos de suas ações; ser aprendizes independentes e aprenderem ao longo da vida.

Embora o letramento informacional deva estar presente em todos os níveis de ensino, dependemos da elaboração de conteúdos adequados de acordo com a “organização curricular da escola ao longo das séries e da participação dos docentes como corresponsáveis no processo” (Gasque, 2012, p. 91) uma vez que os conteúdos de busca e uso da informação estão atrelados às fases da pesquisa escolar. Gasque (2012) apresenta uma série de conteúdos possíveis de serem trabalhados em cada série da educação básica.

Considerando as unidades escolares desta pesquisa, que oferecem ensino para crianças até 11 anos, assim como jovens e adultos, Gasque (2012) recomenda atividades que envolvam o reconhecimento da biblioteca dentro da escola; a exploração do acervo e diferentes suportes informacionais; a compreensão sobre o funcionamento da biblioteca - desde o empréstimo, obras de referência, setor de gibis até o sistema de classificação utilizado por ela; a utilização do sistema para realizar buscas; atividades de leitura, cultura e lazer; propiciar a compreensão dos diferentes tipos de bibliotecas e conforme o avanço das séries inserir conhecimentos mais complexos relacionados a pesquisa escolar, plágio, resumos, normas da ABNT, entre outras.

Logo, o letramento informacional deve estar previsto no PPP das escolas de modo a apresentar a biblioteca escolar como um espaço de formação para o uso da informação, ressaltando e conscientizando o sistema político educacional sobre as potencialidades da biblioteca no contexto educacional (Aguiar, 2018). Com isso, segui os procedimentos metodológicos mencionados e apresento os resultados em relação a essa presença do letramento informacional nos PPP das escolas de Londrina/PR.

4 RESULTADOS

Esta pesquisa permitiu conhecer o cenário atual das escolas públicas municipais de Londrina em relação às bibliotecas escolares, aos profissionais que atuam nesses espaços e sobre o processo de letramento informacional na educação básica. Por meio das planilhas disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação obtive nome, localização e quantidade de matrículas em cada uma das 88 escolas municipais. Em 2023 a rede municipal de educação atendia 34.698 estudantes e os projetos apresentam data de elaboração entre 2019 e 2022.

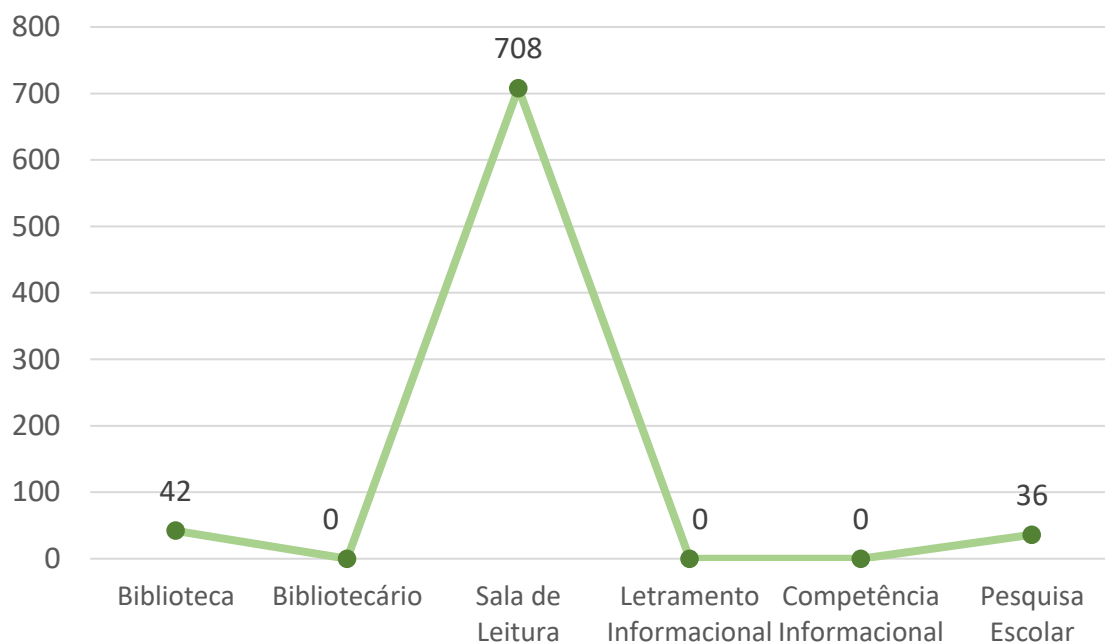
Entre as 88 escolas, apenas o PPP da escola municipal rural, Professora Corina Mantovan Okano, localizada no Distrito de Maravilha menciona a biblioteca como um espaço existente atualmente:

Continuando o corredor teremos uma rampa, onde, ao lado esquerdo se encontra a biblioteca do Colégio, uma sala de estrutura de madeira, sendo preservada como réplica das escolas rurais, em frente, ao lado da porta, está o almoxarifado da Escola Municipal (Londrina, 2021b, p. 20).

Entretanto, na descrição de seus ambientes a escola usa o termo sala de leitura. Desta forma, entende-se que nenhuma das escolas públicas municipais de Londrina possui biblioteca escolar; por outro lado em todos os PPP as escolas dizem possuir a sala de leitura, exceto a E.M Professora Jovita Kaiser (Londrina, 2021c) e a E.M Machado De Assis (Londrina, 2021e) que afirmam não contar com esse espaço.

De maneira geral, a unidade de registro Biblioteca apareceu 42 vezes, a unidade de registro Bibliotecário/a não foi encontrada nenhuma vez, Sala de Leitura foi encontrada 708 vezes, Letramento Informacional e Competência Informacional não retornou nenhum resultado e Pesquisa Escolar foi mencionada 36 vezes relacionada à sala de leitura.

Esses números demonstram a importância dada a esses elementos no PPP, sendo possível perceber a disparidade em relação à sala de leitura e as demais unidades de registro, em especial sobre o termo bibliotecário(a) e ao letramento/competência informacional que não são considerados nos projetos. O Gráfico 1 ilustra os resultados obtidos:

Gráfico 1 – Quantidade de vezes que cada unidade de registro aparece nos PPP

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Com isso consegui cumprir o objetivo da pesquisa em levantar informações em relação à existência ou presença de bibliotecas e bibliotecárias, chegando ao resultado da inexistência de bibliotecas nessas escolas e a ausência de bibliotecária responsável pela gestão das mesmas e pela mediação do letramento informacional. Dado que pode ser confirmado pela resposta da Secretaria de Educação ao meu pedido de acesso à informação:

Ouvidoria: Resposta Pedido de Acesso à Informação Nº220/2023. Considerando **Pedido de Acesso à Informação nº 235** recebido por meio do Formulário Eletrônico de Ouvidoria, temos a informar que:

1) Os Projetos Políticos Pedagógicos das unidades escolares de Ensino Fundamental estão disponíveis no site oficial da Prefeitura Municipal de Londrina, página da Secretaria Municipal de Educação, no item Ensino Fundamental ou em Unidades Escolares. Seguem links abaixo:

<https://portal.londrina.pr.gov.br/unidades-escolares>
<https://portal.londrina.pr.gov.br/ensino-fundamental>

2) A rede municipal de Londrina não possui bibliotecários. Possuímos salas de leitura com professores responsáveis pela contação de histórias e empréstimo de livros (Londrina, 2023).

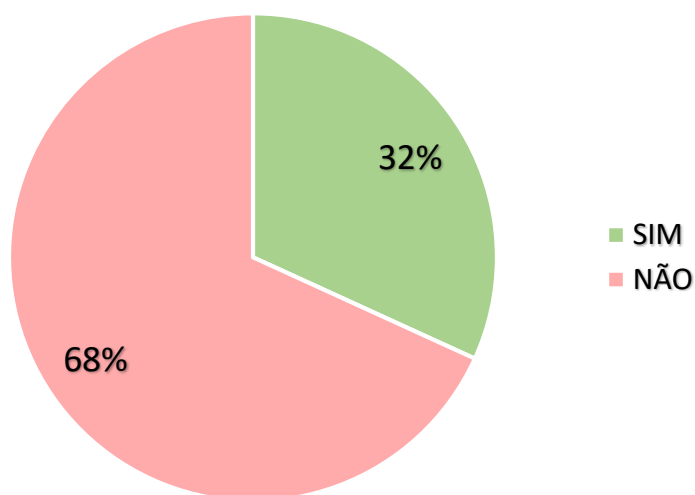
Embora os PPP tenham uma concepção crítica da educação, seguindo principalmente as correntes teóricas de Lev Vygotsky e Paulo Freire, não demonstram preocupação com a inexistência de bibliotecas e de bibliotecárias nesses espaços e sugerem a falta de conhecimento sobre o conceito de letramento informacional e competência em informação. Ao pesquisar o termo letramento, observei que todas as aparições eram restritas ao letramento relacionado à leitura e à escrita.

A formação de leitores é essencial para aprendizagem e, inclusive para o letramento informacional e compreendo a importância desse incentivo principalmente na infância, entretanto os projetos pedagógicos não precisam limitar o letramento à essa dimensão. Se faz necessário ampliar a visão das instituições sobre a dimensão informacional na formação dos estudantes e sobre a atuação das bibliotecas para além da leitura.

Desta forma, o objetivo da pesquisa em analisar se os PPP abordam o letramento informacional foi cumprido e o resultado revela que esses projetos não contemplam tal processo. Acredito que essa realidade é resultado da ausência de bibliotecas e bibliotecárias, que quando inseridas nesse universo escolar podem atuar de forma colaborativa com os professores para formar, além de leitores, sujeitos letrados em informação.

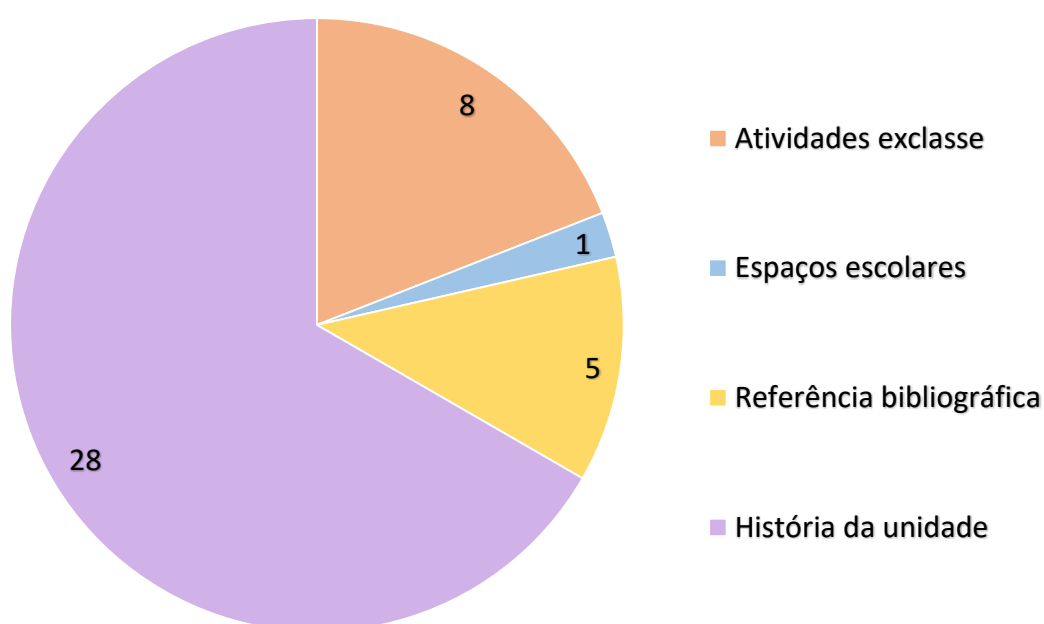
Em relação à unidade de registro Biblioteca, as 42 citações estavam distribuídas entre 28 PPP, sendo que os outros 60 projetos não fazem menção ao termo, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 – Quantidades de PPP com a unidade de registro Biblioteca



Além de contabilizar a unidade de registro, fiz a coleta das unidades de contexto, ou seja, as frases nas quais o termo aparece, separando as frases em categorias, de acordo com o tema que expressavam. Dessa forma, determinei 4 categorias: atividades externas, que citam atividades realizadas fora da escola; ambientes escolares, que considera as frases que listam os espaços que a escola possui; referências bibliográficas com o termo biblioteca e, por último, as frases que contam a história da escola.

Gráfico 3 – Categorização das unidades de contexto de Biblioteca



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A partir do gráfico 3, podemos observar que dois terços da unidade de registro Biblioteca estão relacionadas à história da escola, 8 fazem menção às atividades realizadas fora da escola, 5 aparecem na lista de referências bibliográficas e 1 aparece enquanto ambiente escolar atual.

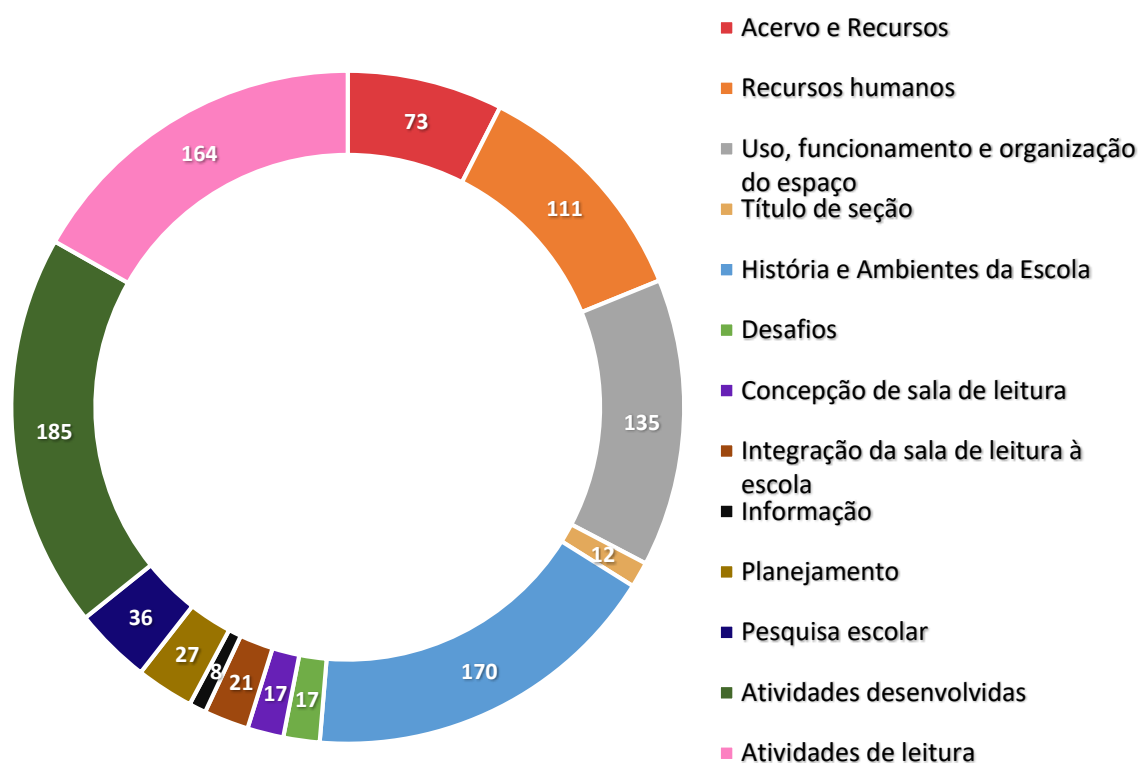
Assim, encontrei frases sobre a criação da instituição e criação dos espaços escolares, como por exemplo no projeto da E. M. Carlos Kraemer: “*Em 14 de março de 1971, a escola foi inaugurada oficialmente, passando a funcionar em prédio próprio, construído todo em alvenaria em regime de mutirão, contava com 4 salas de aula, cantina, biblioteca e diretoria*” (Londrina, 2020a, p. 5).

Sobre as atividades que podem ser realizadas em bibliotecas, 8 PPP mencionam as visitas realizadas em outros locais da cidade, como por exemplo a

menção da E. M. Miguel Bespalhok: “*Trabalhamos com nossos alunos com aulas ‘in loco’ visitando: Museu histórico, Museu de Artes, Bibliotecas, Escola de trânsito, Sanepar, Planetário de Londrina, Ludoteca, e outros*” (Londrina, 2020b, p. 151) e a referência ao projeto Biblioteca Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente: “*Além destes projetos, a escola participa de outros em parceria com a SME e outras instituições, como: Biblioteca Ambiental, Copel, Escola de Trânsito, História e Cultura Africana e Folha Cidadania*” que aparece exatamente igual no projeto da E. M. América Sabino Coimbra (Londrina, 2021^a, p. 383) e da E. M. Professora Ruth Lemos (Londrina, 2021d, p. 89).

Essa imagem que se forma coloca a biblioteca escolar como algo do passado, que não existe mais no contexto atual e pode nunca existir no futuro da escola, uma vez que não há nos projetos políticos pedagógicos, metas ou posicionamento que exija a implementação de tal espaço. Além disso, veremos no próximo gráfico, como a biblioteca foi silenciada a partir da substituição pelo termo sala de leitura.

Enquanto o termo biblioteca aparece apenas 42 vezes, a unidade de registro Sala de Leitura é mencionada 708 vezes, aparecendo em todos os projetos. Durante a análise categorizei as unidades de contexto em temas, sendo que algumas frases abordavam mais de um assunto, sendo enquadradas em mais de uma categoria. Dessa forma, obtive as seguintes categorias:

Gráfico 4 – Categorização da unidade de registro Sala de Leitura

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A análise das unidades de contexto mostra que 185 das frases que remetem à Sala de Leitura, mencionam as atividades que são desenvolvidas neste espaço, sendo que 164 delas se referem às atividades de leitura. As outras 21 fazem referência a dramatização, jogos pedagógicos, exibição de vídeos, entre outras. A categoria História e ambientes da escola tem 170 frases, em sua maioria citam os espaços que a escola possui e a história de sua construção. Das 111 frases que tratam dos recursos humanos, todas elas trazem o professor ou regente como profissional que ocupa esse espaço, nenhuma das frases faz referência a bibliotecária. 73 frases detalham o acervo e os recursos das salas de leitura, enquanto 135 explicam sobre o funcionamento e o uso das salas.

Com números menos expressivos, observam-se unidades de contexto que abordam o acesso à informação, o planejamento e integração da sala de leitura ao processo pedagógico e à pesquisa escolar. Foi possível perceber que a sala de leitura das escolas segue as orientações do plano municipal de educação e das diretrizes municipais de educação para a realização do projeto Palavras Andantes:

Em Londrina, desde de 2002, a SME conta com o Projeto Palavras Andantes que tem como objetivo ações de promoção de leitura organizado a partir de cinco elementos integrados e concomitantes: sala de leitura, acervo, empréstimo, hora do conto e professor mediador de leitura. Todas unidades escolares deverão indicar um professor para atuar como professor auxiliar mediador de leitura, utilizando como critérios: afinidade, habilidades e formação para a realização do trabalho (Londrina, 2016, p. 322).

De acordo com Santos (2018), desde 2010 houve um aumento significativo na implantação de salas de leituras nas escolas públicas, e que este aumento representa ora uma alternativa à rede de ensino para substituir a implantações de bibliotecas, ora um caminho mais econômico aos órgãos públicos, uma vez que a sala de leitura não exige a construção de novos prédios e a contratação de bibliotecárias.

Diante disso, é preciso assumir que, embora as escolas municipais possam estar realizando um excelente trabalho de incentivo à leitura, a escolha de palavras não é arbitrária e traz empecilhos à universalização das bibliotecas escolares, além de facilitar o exercício ilegal da profissão de bibliotecária. Por essa razão, fica evidente que a Prefeitura do Município de Londrina não está cumprindo com a Lei 12.244/10 e com a Lei 14.837/24, uma vez que não possui nem bibliotecas e nem bibliotecárias.

Quando olhamos para a Apelação Cível movida pelo Conselho Regional de Biblioteconomia da 9ª Região/PR contra a Prefeitura Municipal de Londrina, entendemos o quanto a escolha de palavras impacta na realidade das bibliotecas escolares. O principal argumento da defesa do município foi justamente alegar que as escolas municipais não possuem biblioteca e sim salas de leitura, e que por essa razão não precisam de bibliotecárias, além de afirmar que a quantidade de bibliotecários(as) da prefeitura (8 na época) era suficiente para a demanda:

[...] m) ausência de fiscalização 'in loco', mas apenas por amostragem, a ponto de confundir meras salas de leitura com bibliotecas; n) como esses ambientes não se voltam para o grande público, mas apenas para os alunos, não se caracterizam como bibliotecas, de modo a atrair a necessidade efetiva e exclusiva de um bibliotecário [...] o) possui bibliotecários em seus quadros em número suficiente para atendimento de toda a demanda gerada no específico setor; p) cuidar do espaço, entregar livros, lê-los para os alunos não constituem atividades privativas do referido profissional (Brasil, 2021).

Em relação à pesquisa escolar, foi necessário restringir a coleta dentre as frases que citavam a sala de leitura, em razão do tempo disponível e alto índice de resultados do termo “pesquisa”, porém considero essencial que esse estudo seja

realizado futuramente com maior abrangência, dada a relevância do conceito para o universo escolar e para o letramento informacional, que pode aparecer de forma subjetivo por meio de outros termos.

Quanto às frases que contém a unidade de registro Pesquisa Escolar, destaco que elas apenas mencionam a pesquisa entre as atividades a serem desenvolvidas pelos alunos, falam sobre incentivar a formação de pesquisadores, assim como dos recursos e acervo destinados à pesquisa escolar. Não encontrei nenhuma definição de pesquisa escolar, das competências necessárias para a realização desta ou o papel da sala de leitura no desenvolvimento da pesquisa, a não ser a disponibilização de acervo específico e de tecnologias de informação e comunicação. No quadro 1 podemos observar algumas das frases encontradas, com a identificação de cada projeto (p) e o número da frase (f):

Quadro 1 – Unidade de contexto de Pesquisa Escolar relacionadas à sala de leitura

ID	UNIDADE DE CONTEXTO
p04_f0001	Tem uma sala de leitura com acervo de literatura infantil, com aproximadamente 2444 volumes, 23 enciclopédias, 97 livros para pesquisa, 112 livros didáticos, 43 livros de poemas, 92 dicionários e 2 dicionários de libras; globos terrestres, jogo completo do corpo humano, fantasias usadas em teatros, festas e outras apresentações; além de armários, mesas, cadeiras, um aparelho de TV fixo na parede (p. 19).
p05_f0011	O professor precisa motivar os alunos demonstrando hábitos de pesquisas e leituras, ler para eles livros do acervo da sala de leitura, levar livros que possam pesquisar um assunto a ser estudado, entre outras atividades (p. 49).
p06_f0002	Sala de Leitura: Fica ao lado da sala de recursos, destinada às atividades de leitura, de pesquisa, de empréstimo de livros e de Hora do Conto. (p. 26).
p06_f0003	Sala de Leitura: Estantes em MDF com 3 divisórias cada; Mesas de computador; Cadeiras; Mesas redondas; Armário com 2 portas em MDF; Estante em aço com prateleiras; Televisor de Led 42" polegadas; DVD; Caixa de som; Relógio; Araras para roupas; Rádio portátil; Ventiladores; Brinquedos diversos; 3.175 Exemplares (sendo: 2.715 livros, 431 gibis e 29 revistas de pesquisas.) (p. 33).
p06_f0013	Os alunos com ajuda dos professores realizam pesquisas em sala de aula e sala de leitura, com livros, jornais, revistas, internet etc., escolhendo entre estes meios de informação a mais adequada e as desenvolvendo posteriormente através de desenhos, redações, dramatizações, cantos, confecção de livrinhos individuais e objetos, apresentando no mês de agosto tudo o que foi pesquisado (p. 86)
p38_f0006	O acervo literário é organizado pela regente responsável pela sala de leitura, catalogados conforme instruções da assessoria da Secretaria Municipal de Educação responsável pelo projeto Palavras Andantes: agrupados por gibis, literatura infantil, infanto-juvenil, revistas, materiais de pesquisa afim de facilitar o acesso e manuseio pelos integrantes da escola que fazem uso do mesmo (p. 34).
p69_f0009	Assuntos [previstos para a EJA] que são abordados por meio de visitas, palestras, eventos, pesquisas na sala de multimídias ou sala de leitura da unidade escolar (p. 88).
p75_f0001	A sala de leitura está organizada, para acolher livros e seus leitores, é, portanto, um espaço de formação do leitor, mas é também um mecanismo de transformação das relações entre crianças e professores, já que o professor deixa de ser a fonte única de saber, enquanto o aluno ganha autonomia e liberdade de tornar-se um pesquisador (p. 21).

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Diante da análise é possível afirmar que o letramento informacional não é abordado pelos PPP das escolas públicas municipais de Londrina, mesmo quando avaliamos as menções sobre pesquisa escolar, não encontramos referência ao letramento informacional ou a competência informacional, mesmo que indiretamente. Esse diagnóstico revela uma série de barreiras a serem superadas, desde a definição de biblioteca até a efetivação do letramento informacional nas escolas a partir da colaboração entre docentes e bibliotecárias. Ao mesmo tempo, se apresenta como ferramenta para elaborar ações fundamentadas em dados e que transforme essa realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar esse estudo, gostaria de apontar algumas considerações em relação à pesquisa. Como dito anteriormente, os PPP foram solicitados em março de 2023 e a solicitação dessa informação à Secretaria de Educação resultou na disponibilização desses projetos no portal da prefeitura, possibilitando a consulta por qualquer pessoa até o momento (Londrina, 2024b). Destaco que, embora os projetos analisados datem de 2019 a 2022, apenas a E.M. Maestro Andrea Nuzzi (Londrina, 2024d) e E.M. Americo Sabino Coimbra (Londrina, 2024c) publicaram um novo PPP em 2024, portanto o *corpus* documental permanece atual.

A partir dos resultados podemos evidenciar que existe uma série de desafios para garantir que todos tenham acesso ao letramento informacional. Gasque e Tescarolo (2010) avaliam os principais desafios encontrados no contexto da educação básica, sendo: a cultura pedagógica na qual o professor é o transmissor de conteúdo e o estudante mero receptor; a formação desses profissionais que muitas vezes não se configura como uma formação continuada e não prepara o professor para o ensino do letramento informacional; a concepção de ensino-aprendizagem centrada na exposição de conteúdo e necessidade de ensinar todo o currículo - um currículo formado por uma lista de assuntos, mas que desconsidera a interação dos indivíduos e a intersecção de temas; por fim, as pessoas autoras chamam a atenção para a infraestrutura básica de informação que deve garantir a existência de diferentes suportes de informação e um ambiente de aprendizagem adequado, mas que na maioria dos casos se restringe ao uso dos livros didáticos.

Gostaria de incluir entre esses desafios, o cumprimento da Lei 14.837/2024 em todas as escolas brasileiras, pois embora a universalização das bibliotecas escolares

tenha sido promulgada em 2010 com a Lei 12.244, o Inep demonstra que, até 2018, 55% das escolas brasileiras ainda não possuíam bibliotecas ou salas de leitura (Haje, 2018). No contexto municipal observamos situação semelhante, uma vez que não encontrei menção significativa à biblioteca escolar nos PPP, bem como à presença de bibliotecárias nesses espaços. Então, como falar de letramento informacional se as escolas londrinenses não possuem os profissionais responsáveis, em parceria com professores, pela efetivação desse processo?

Pensando no contexto da sociedade da informação, não estamos garantindo que sujeitos se sintam pertencentes a essa comunidade informacional; a falta de letramento informacional dificulta aos indivíduos a participação nas decisões políticas de forma crítica; impede que se organizem coletivamente e que tenham conhecimento sobre seus direitos e deveres sociais. Elementos estes que definem o conceito de cidadania (Costa; Ianni, 2018) e que estão sendo negados aos estudantes da educação básica.

Mediante ao exposto, lembro que a existência de um Estado garante o status de cidadão àqueles que são governados, entretanto o exercício da cidadania sob uma perspectiva da informação, só é possível quando é garantido a todas as pessoas a inclusão nessa “aldeia global” (Gasque, 2012, p. 25); quando todos são competentes informacionalmente para escolherem seus representantes, se candidatarem e se organizarem coletivamente e quando todos possuem consciência sobre seus direitos e deveres e participem da construção de novos conhecimentos.

Para tanto, ressalto o papel do Estado em legislar e executar leis em favor da educação e da cultura; o papel da escola em transformar essa cultura educacional pautada na transferência de conteúdo; a necessidade de bibliotecárias ocuparem seus espaços com competência e dos órgãos de classe em fiscalizar o exercício da profissão; a responsabilidade e o direito dos professores em buscarem formação continuada e executar programas de letramento informacional; o papel das universidades em formar professores e bibliotecárias com conhecimento necessário sobre pesquisa e projetos e por fim, o papel da comunidade em cobrar das autoridades e das instituições de ensino uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Niliane Cunha de. **O letramento para a competência informacional em bibliotecas escolares**: estudo a partir dos projetos políticos-pedagógicos dos

colégios de aplicação das universidades federais brasileiras. 2018. Orientadora: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte. Coorientadora: Bernadete dos Santos Campello. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B6PFSK>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Infodemia, desinformação, pós-verdade: o desafio de conceituar os envolvidos com os novos regimes de informação. **The International Review of Information Ethics**, Edmonton, Canadá, v. 1, 2021. DOI: 10.29173/irrie405. Disponível em: <https://informationethics.ca/index.php/irrie/article/view/405>. Acesso em: 27 maio 2024.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARY – ACRL. **Information literacy competency for higher education**. Chicago, Illinois: ALA, 2000. Disponível em: <https://alair.ala.org/server/api/core/bitstreams/ce62c38e-971a-4a98-a424-7c0d1fe94d34/content>. Acesso em: 01 jul. 2024.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é, como se faz**. 26. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. **Lei nº 12.244, 24 de Maio de 2010**. Presidência da República: Brasília, 2024b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.837, de 8 de Abril de 2024**. Presidência da República: Brasília, 2024c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm. Acesso em: 26 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.084, de 30 de Junho de 1962**. Presidência da República: Brasília, 2024a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm. Acesso em: 26 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (4. Região). **Apelação cível nº 5061954-95.2019.4.04.7000/PR**. Apelante: Conselho Regional de Biblioteconomia (9. Região). Apelado: Município de Londrina/PR. Relator: Desembargador federal Roger Raupp Rios, 19 de Maio de 2021.

COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner. O conceito de cidadania. In: COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner (org.). **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica** [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, p. 43-73. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/sysng>. Acesso em: 27 maio 2024.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP,

2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/pt-br.php>. Acesso em: 24 jun. 2024.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FEBAB. **Censo da Biblioteconomia brasileira**. [Wordpress]. FEBAB: São Paulo, 2024. Disponível em: <https://censo.febab.org/painel-de-dados/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2012. 183 p. Disponível em: http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf. Acesso em: 01 jul. 2024.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; TESCAROLO, Ricardo. Desafios para implementar o letramento informacional na educação básica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 41-56, abr., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/J6TnBv6q3Bx3qHwY8TymVmh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2010.

HAJE, Lara. Dados do Inep mostram que 55% das escolas brasileiras não têm biblioteca ou sala de leitura. **Agência Câmara Notícias**, Brasília, DF, 06 dez. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/549315-dados-do-inep-mostram-que-55-das-escolas-brasileiras-nao-tem-biblioteca-ou-sala-de-leitura/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

LONDRINA. Escola Municipal América Sabino Coimbra: **Projeto político pedagógico**. 2021a. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/unidades-escolares>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LONDRINA. Escola Municipal Americo Sabino Coimbra: **Projeto político pedagógico**. 2024c. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/unidades-escolares>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LONDRINA. Escola Municipal Carlos Kraemer: **Projeto político pedagógico**. 2020a. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/unidades-escolares>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LONDRINA. Escola Municipal Maestro Andrea Nuzzi: **Projeto político pedagógico**. 2024d. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/unidades-escolares>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LONDRINA. Escola Municipal Miguel Bespalhok: **Projeto político pedagógico**. 2020b. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/unidades-escolares>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LONDRINA. Escola Municipal Professora Corina Montovan Okano. **Projeto político pedagógico**. Distrito de Maravilha/Londrina, 2021b. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/unidades-escolares>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LONDRINA. Escola Municipal Professora Jovita Kaiser. **Projeto político pedagógico**. 2021c. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/unidades-escolares>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LONDRINA. Escola Municipal Professora Ruth Lemos: **Projeto político pedagógico**. 2021d. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/unidades-escolares>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LONDRINA. Escola Rural Municipal Machado De Assis. **Projeto político pedagógico**. 2021e. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/unidades-escolares>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LONDRINA. **Ouvidoria resposta pedido de acesso à informação Nº220/2023**. Processo nº 19.002.042679/2023-17. SEI nº 9813383. Londrina: Prefeitura do Município de Londrina, 20 de março de 2023.

LONDRINA. **Portal da transparência Prefeitura de Londrina**. Vencimento dos Servidores Municipais [ativos]. Londrina: Prefeitura de Londrina, 2024a. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/component/folhadepagamento/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

LONDRINA. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes curriculares**: versão preliminar (aguardando a Base Nacional Comum Curricular). Londrina: Prefeitura do Município de Londrina, 2016. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-educacao/ens-fundamental/52115-diretrizes-curriculares-ver-pre/file>. Acesso em: 24 jun. 2024.

LONDRINA. **Unidades escolares**. Clique e conheça o Projeto Político Pedagógico das unidades escolares municipais. Londrina: Prefeitura de Londrina, 2024b. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/unidades-escolares>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NININ, Maria Otilia Guimarães. Pesquisa na escola: que espaço é esse? o do conteúdo ou o do pensamento crítico. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 48, p. 17-35, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/WDPY8vpBS4WhGyLK9n5cX3L/>. Acesso em: 26 maio 2024.

RODRIGUES, Gislene Sapata. Bibliotecária escolar. In: SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. (org.). **O perfil das novas competências na atuação bibliotecária**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 75-95. Disponível em: <http://biblio.eci.ufmg.br/ebooks/2021010003.pdf>. Acesso em: 26 maio 2024.

SANTOS, Andréa Pereira dos; GOMES, Suely Aquino Henrique; VILELA, Benjamim Pereira. Currículo e letramento informacional: uma ligação necessária. **Revista**

Conhecimento em Ação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 125-142, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141591>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SANTOS, Pedro de Souza. Biblioteca escolar e sala de leitura: um longo caminho para universalização. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 28-47, 2018. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2018.143688. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/143688>. Acesso em: 24 jun. 2024

SILVA, Eduardo Valadares. A integração da biblioteca escolar ao currículo. In: SILVA, Eduardo Valadares; ALVES, Ana Paula Meneses; CAMILLO, Everton da Silva; ZRRIEL, Marcellly Chrisostimo de Souza (org.). **Bonitezas da biblioteca escolar**: um guia para boas práticas. Belo Horizonte: KMA, 2021. p. 17-36. Disponível em: <https://nersi.eci.ufmg.br/livros/bonitezas-da-biblioteca-escolar/>. Acesso em: 26 maio 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e educação superior**: projeto político pedagógico. [S.l.]: Papirus, 2015. *E-book*.

VEIGA-NETO, Alfredo. Anotações sobre a escrita. In: OLIVEIRA, Adriano; ARAÚJO, Emília; BIANCHETTI, Lucídio (org.). **Formação do Investigador**: reflexões em torno da escrita/pesquisa/autoria e a orientação. Braga: UMinho; Florianópolis: UFSC, 2014. p. 62-73. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/32587/1/EA_ebook.pdf. Acesso em: 28 jul. 2024.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/889>. Acesso em: 01 jul. 2024.

APÊNDICE A – IDENTIFICAÇÃO DAS ESCOLAS E QUANTIDADE DAS UNIDADES DE REGISTRO

ID	NOME DA ESCOLA	ANO	BIBLIOTECA	BIBLIOTECÁRIO(A)	SALA DE LEITURA	LETRAMENTO INFORMACIONAL	COMPETÊNCIA INFORMACIONAL	PESQUISA
1	E. M. AMÉRICA SABINO COIMBRA	2021	1	0	5	0	0	0
2	E. M. ANCHIETA, PADRE	2020	3	0	10	0	0	0
3	E. M. ANDREA NUZZI, MAESTRO	2021	8	0	14	0	0	0
4	E. M. ANITA GARIBALDI	2021	0	0	3	0	0	1
5	E. M. ARISTEU DOS SANTOS RIBAS	2021	2	0	24	0	0	1
6	E. M. ARTHUR THOMAS	2022	0	0	13	0	0	3
7	E. M. ATANÁZIO LEONEL	2021	0	0	13	0	0	0
8	E. M. ÁUREA ALVIM TOFFOLI, PROFESSORA	2021	1	0	5	0	0	0
9	E. M. BARTOLOMEU DE GUSMÃO	2021	0	0	12	0	0	1
10	E. M. CARLOS DA COSTA BRANCO, PROF. DR.	2021	0	0	9	0	0	1
11	E.M. CARLOS DIETZ	2021	0	0	7	0	0	0
12	E. M. CARLOS KRAEMER	2020	2	0	14	0	0	0
13	E. M. CARLOS ZEWE COIBRA, PROF.	2020	0	0	14	0	0	1
14	E. M. CECÍLIA HERMÍNIA OLIVEIRA GONÇALVES	2021	0	0	5	0	0	0
15	E. M. CLÁUDIA RIZZI	2020	0	0	8	0	0	2
16	E. M. CLAUDIO DE ALMEIDA E SILVA, DR.	2021	0	0	4	0	0	0
17	E. M. CORVETA CAMAQUÃ	2020	0	0	6	0	0	0

18	E. M. DA VILA BRASIL	2021	1	0	7	0	0	0
19	E. M. DALVA FAHL BOAVENTURA	2021	0	0	17	0	0	1
20	E. M. DAVID DEQUECH	2022	2	0	5	0	0	0
21	E. M. ELIAS KAUAM	2021	0	0	10	0	0	0
22	E. M. EUGÊNIO BRUGIN	2021	0	0	6	0	0	0
23	E. M. EURIDES CUNHA	2020	0	0	15	0	0	0
24	E. M. FRANCISCO PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR	2020	0	0	19	0	0	0
25	E. M. GASPAR VELLOSO, SENADOR	2021	0	0	8	0	0	0
26	E.M. GENI FERREIRA, PROFESSORA	2021	0	0	10	0	0	0
27	E. M. HAYDEE COLLI MONTEIRO	2021	1	0	4	0	0	0
28	E.M. HÉLVIO ESTEVES, PROFESSOR	2021	0	0	10	0	0	1
29	E. M. HIKOMA UDIHARA	2021	0	0	5	0	0	0
30	E. M. IGNEZ CORSO ANDREAZZA		0	0	5	0	0	0
31	E. M. IRENE APARECIDA DA SILVA	2020	1	0	9	0	0	2
32	E. M. JOÃO XXIII	2021	0	0	2	0	0	0
33	E. M. JOAQUIM PEREIRA MENDES, PROFESSOR	2019	0	0	10	0	0	0
34	E. M. JOAQUIM VICENTE DE CASTRO, DR.	2021	1	0	14	0	0	2
35	E. M. JOSÉ GARCIA VILLAR	2020	0	0	8	0	0	0
36	E. M. JOSÉ GASPARINI, PROFESSOR	2021	0	0	6	0	0	1

37	E.M. JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, DOUTOR	2021	0	0	2	0	0	0
38	E. M. JOVITA KAISER, PROFESSORA	2021	0	0	18	0	0	1
39	E. M. JULIANO STINGHEN, PROF.	2020	0	0	7	0	0	0
40	E.M. LEÔNIDAS SOBRINO PORTO, PROFESSOR	2020	1	0	7	0	0	1
41	E. M. LEONOR MAESTRI DE HELD	2021	2	0	7	0	0	0
42	E. M. MÁBIO GONÇALVES PALHANO	2021	0	0	11	0	0	1
43	E.M. MACHADO DE ASSIS	2021	0	0	4	0	0	0
44	E. M. MARI CARRERA BUENO, PROFESSORA	2021	0	0	11	0	0	0
45	E. M. MARIA CÂNDIDA PEIXOTO SALLES	2021	0	0	8	0	0	0
46	E. M. MARIA CARMELITA VILELA MAGALHÃES	2021	1	0	9	0	0	0
47	E. M. MARIA IRENE VICENTINI THEODORO, PROF.	2020	0	0	6	0	0	0
48	E. M. MARIA SHIRLEY BARNABÉ LYRA	2020	0	0	7	0	0	0
49	E. M. MARIA TEREZA MELEIRO AMANCIO, PROF.	2021	0	0	12	0	0	0
50	E. M. MELVIN JONES	2020	0	0	11	0	0	0
51	E.M. MERCEDES MARTINS MADUREIRA	2020	1	0	6	0	0	0
52	E. M. MIGUEL BESPALHOK	2020	1	0	18	0	0	2
53	E. M. MOACYR CAMARGO MARTINS	2021	0	0	9	0	0	0

54	E. M. MOACYR TEIXEIRA, PROFESSOR	2021	1	0	13	0	0	1
55	E. M. NAIR AUZI CORDEIRO	2020	0	0	3	0	0	0
56	E. M. NARA MANELLA	2022	1	0	2	0	0	0
57	E. M. NEMAN SAHYUN	2020	1	0	4	0	0	0
58	E. M. NINA GARDEMANN	2020	0	0	11	0	0	0
59	E. M. NOÊMIA ALAVER GARCIA MALANGA	2021	1	0	12	0	0	2
60	E. M. NORMAN PROCHET	2021	0	0	19	0	0	0
61	E. M. ODÉSIO FRANCISCON, PROFESSOR	2021	0	0	9	0	0	2
62	E. M. ODILON GONÇALVES NOCETTI, REV.	2021	0	0	4	0	0	0
63	E. M. OSVALDO CRUZ	2020	1	0	7	0	0	0
64	E. M. PEDRO VERGARA CORREA	2019	0	0	7	0	0	1
65	E.M. ROBERTO ALVES LIMA JUNIOR	2022	1	0	3	0	0	0
66	E.M. ROBERTO PEREIRA PANICO, MAESTRO	2021	0	0	13	0	0	3
67	E. M. RUTH FERREIRA DE SOUZA	2021	0	0	6	0	0	0
68	E. M. RUTH LEMOS, PROFESSORA	2021	2	0	4	0	0	0
69	E. M. SALIM ABORIHAM	2021	1	0	9	0	0	2
70	E. M. SAN IZIDRO	2020	0	0	4	0	0	0
71	E. M. SANTOS DUMONT	2020	0	0	4	0	0	0
72	E. M. SONIA PARREIRA DEBEI	2021	0	0	4	0	0	0

73	E. M. SUELY IDERIHA	2021	0	0	2	0	0	0
74	E. M. TEREZA CANHADAS BERTAN, PROFESSORA	2021	0	0	2	0	0	0
75	E.M. VILMA RODRIGUES ROMERO, PROFESSORA	2021	0	0	1	0	0	1
76	E. M. ZUMBI DOS PALMARES	2021	0	0	6	0	0	0
77	E. M. ARACY SOARES DOS SANTOS, PROFa	2021	0	0	11	0	0	0
78	E. M. ARMANDO DO ROSÁRIO CASTELO	2021	1	0	6	0	0	0
79	E. M. BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO, PROF.	2021	0	0	6	0	0	1
80	E.M. CORINA MANTOVAN OKANO, PROFa	2021	1	0	2	0	0	0
81	E. M. EDMUNDO ODEBRECHT	2020	0	0	6	0	0	0
82	E. M. FRANCISCO AQUINO TOLEDO	2021	0	0	7	0	0	0
83	E.M. JADIR DUTRA DE SOUZA	2021	0	0	3	0	0	0
84	E. M. JOHN KENNEDY	2021	1	0	6	0	0	1
85	E. M. LUIZ MARQUES CASTELO	2020	1	0	6	0	0	0
86	E.M. VITÓRIO LIBARDI	2021	0	0	2	0	0	0
87	E.M. DO CAMPO EGÍDIO DOMINGOS BRUNETTO	2021	0	0	7	0	0	0
88	E.M. DO CAMPO TRABALHO E SABER	2021	0	0	8	0	0	0
	TOTAL		42	0	708	0	0	36

AGRADECIMENTOS

Sou grata à professora Camila Alves de Melo pela excelência na orientação dessa pesquisa e principalmente pelo carinho e respeito oferecidos por ela ao longo desse percurso. Agradeço à professora Andréa Pereira dos Santos e ao professor Josué Pereira da Silva Santos por aceitarem participar da banca de avaliação e especialmente pelas valiosas sugestões oferecidas. Agradeço ao meu parceiro de vida, Lunartty Michael Souta pelo apoio, pelo constante incentivo e pelo amor em sua concepção mais transformadora.